



## Sessão solene 25 de Abril 1974-2023

Exmo. Sr. Presidente da AM Caminha

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha

Exmos. Srs. Representantes dos Grupos Políticos com assento na AM de Caminha

Exmos. Vereadores/as da CM Caminha

Exmos. Eleitos/as Municipais

Exmas. Autoridades Civas, Militares e Religiosas

Exmos. Convidados

Caros(as) Munícipes

Comunicação Social

Lembrar Abril, 49 anos após a madrugada dita, cantada, gritada, escrita, pintada, esculpida, filmada, encenada, ensinada e partilhada, é um ato que testemunha a importância para o país e para o Mundo, do quanto a resistência, a glória do silêncio clandestino, alimentado na essência mais pura da humanidade, na liberdade do Homem, materializado na dura luta travada à ocultação, valeu a pena, tal como vale ainda hoje. Foi nesta coragem, que nunca se vergou à tirania, à opressão, à chacina fratricida, à exploração ímpia do Homem pelo Homem, que Abril se construiu, a cada ano, ao longo dos imensos 48 anos de ditadura fascista que alinhou Portugal com outros países e com o imperialismo do que resultaram organizações e alianças que, na

alçada da paz e da defesa dos interesses imperialistas, somam hoje responsabilidades na morte de tantos homens, mulheres e crianças, nas diferentes geografias terrestres.

A noite iniciada a 24 de Abril de 1974, seria mais uma, vivida maioritariamente no escuro das vidas dos Portugueses. Mas quis o Movimento das Forças Armadas pôr fim à ditadura que persistia e desumanizava incessantemente o país. Para estes militares de Abril, seria a noite da revolução. A Revolução que hoje celebramos, gratos mas conscientes do papel que nos cabe nela.

Os registos factuais contam a história da madrugada e do dia que se encheu de gente nas ruas e praças, mas que ainda reservou muitos que nas periferias e nos meios rurais esperavam o desenrolar dos acontecimentos. Às 22:55h, soavam os microfones dos Emissores Associados de Lisboa, introduzindo «E Depois do Adeus». Estava dado o primeiro sinal para que se iniciasse a fase preparatória das operações militares. Entretanto é chegado o dia 25; à 00:20h, é a vez de Grândola, Vila Morena, de José Afonso, dar nova senha. Pelo meio estavam garantidas as movimentações militares e daí em diante, dada a mobilizadora ação do MFA, não mais pararia o golpe que traduz a Revolução que hoje comemoramos em festa. Uma festa que não ilude o Abril que foi um levantamento militar seguido de um levantamento popular, num processo que revolucionou as estruturas sociais e económicas do país.

Abril foi e é Revolução. Não foi uma qualquer evolução ou transição, discurso que alguns querem fazer valer para alívio e lavagem da história.

Porque o 25 de Abril consagrou liberdades, direitos fundamentais e concretos na vida do povo português. Direitos fundamentais, privados por uma ditadura fascista, sustentada no medo e na privação da liberdade, gestora da pobreza, da falta de oportunidades, da exploração do trabalho, opressora dos homens e segregadora da condição feminina. Uma ditadura castradora da juventude, sedenta da tortura dos pensadores, mordaz e aocrítica no controlo das classes trabalhadoras, das famílias e das comunidades.

Só pode encontrar razões defensoras da ditadura os que dela beneficiaram, ou os que dela nada conhecem, perdidos no deserto que o desassossego da vida lhes traz e que conduz às razões do descontentamento que, pela fuga ao projeto de Abril, nos traz, por políticas erradas, à aflição apertada do dia a dia que hoje condiciona as opções de tantas famílias. Mas que esse descontentamento não desvirtue o manancial de conquistas de Abril. Conquistas que resultaram, logo na sua génese, de uma ação coletiva, onde a classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas, unidos na aliança Povo-MFA, tomaram nas mãos a concretização de profundas transformações económicas, sociais, políticas e culturais. Conquistas que se medem nos direitos de opinião, manifestação e criação de partidos políticos; nos vastos direitos sociais e laborais, na livre organização sindical e no direito à greve, hoje fortemente atacada por quem confunde maiorias democráticas com poderes absolutos. Mas somam-se ainda conquistas que aos mais jovens parecem sempre ter existido, mas que na verdade assim não foi. A elevação dos

salários e a conquista do Salário Mínimo Nacional, o aumento e alargamento das pensões de reforma e invalidez, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o alargamento do tempo de férias e o seu subsídio. Numa primeira concretização da Reforma Agrária, Abril permitiu pôr a produzir centenas de milhar de hectares de terras incultas, hoje tão necessárias à economia e desenvolvimento do país. Conquistas ainda na saúde e na criação do Serviço Nacional de Saúde, geral e gratuito, somado ao alargamento e melhoria da Segurança Social, do direito ao ensino e à educação e ao Poder Local Democrático. Mas ao 25 de Abril de 1974 devemos ainda a lei que garante a igualdade entre homens e mulheres, teimosamente carregada de atrito, mas também conquistas no avanço nas condições de vida e de trabalho, no domínio dos salários, do tempo de trabalho e da licença no período de maternidade. Foi graças à Revolução que se criaram milhares de postos de trabalho, que se desenvolveram atividades culturais e que se diminuiu a emigração, mesmo que com tentativas liberais de incentivo à emigração jovem. No imediato, Abril pôs fim à guerra colonial e reconheceu o direito à autodeterminação e independência dos povos das ex-colónias. Este foi o Abril das conquistas, o Abril consagrado na Constituição da República Portuguesa que ainda não se concretizou mas que já sofreu, e sofre, duros ataques, procurando terminar com o seu cariz progressista, num processo de anos consecutivos e que agora volta a acontecer, abrindo a porta a novas intencões de revisão, com velhas ideias. A Constituição não precisa de revisão, precisa sim é de concretização e concretização na vida de todos os dias; isso sim é cumprir Abril!

É por tudo isto que comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorações em que é imperativo não deixar que nelas se afunde o que a revolução representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é deixar claro o que foi o fascismo e os efeitos que este teve na vidas dos Portugueses e Portuguesas. É combater o seu branqueamento; é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e pela democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo. É sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Mas com o 25 de Abril devolvemos ao povo o que a ele lhe pertence. O poder de decidir, com o seu voto, o rumo do país e das comunidades. O Poder Local democraticamente eleito é uma realidade com a qual hoje convivemos e que se afirma nesta sessão solene. Um espaço de expressão, de opinião, de decisão sobre o que realmente importa a cada cidadão, no seu espaço territorial de freguesia ou município. Estaremos hoje, todos os munícipes do Concelho de Caminha, satisfeitos com a representação votada e, por isso, decidida em sufrágio? Estará o desempenho público suficientemente escrutinado pela população? Estarão os órgãos

autárquicos focados nos interesses de cada autarquia? A verdade é que o PCP, no seio da CDU, tem reservas sobre o que sobre esta matéria se pode concluir. Por um lado, uma maioria na Câmara Municipal e, por cooptação de freguesias e Uniões de Freguesia independentes, uma maioria na Assembleia Municipal. Por outro lado, um vazio opositor que sobrevive no mediático espaço do patrocínio ao atropelo das engrenagens políticas. A CDU, por vontade popular, detém apenas 2 membros num órgão de 35, o que limita a sua ação e poder de decisão. Neste mando iniciado em 2021, a perda democrática, na visão da CDU, é evidente. Somam-se sessões sem decisões consequentes, quer pela insípida formulação das propostas, esgotadas nelas mesmas, quer pelo contorcionismo na forma com o órgão executivo segue as orientações do órgão deliberativo, sempre que estas não lhe são favoráveis. No entretanto perde-se o essencial. Perde-se o foco nas decisões que garantam uma vida melhor aos munícipes do Concelho de Caminha. Decisões que se alargam às diversas atividades dos cidadãos. Decisões que lhes garantiriam melhores opções de investimento ou de benefícios e outros apoios na sua fixação. Decisões que reservem a dignidade humana no melhor acolhimento à população migrante. Soluções que regulem e centrem a oferta educativa, formativa e cultural no potencial endógeno do concelho. Soluções que sustentem opções de vida no nosso território da população mais jovem. Soluções que promovam a inclusão nas suas mais variadas vertentes, nas que se inclui a mobilidade. Soluções de combate à sazonalidade nos rendimentos e que melhorem o compromisso público intergeracional. Soluções que

defendam o interesse público e que não o deixem refém dos privados, mesmo que estes sirvam fins públicos. Soluções que garantam a sustentabilidade.

Mas das possíveis ineficácias não resulta o fracasso de Abril, mas antes o que dele falta construir. Por isso, celebrar Abril é acima de tudo celebrar o compromisso com as gerações mais novas. Primeiro, porque Abril lhes pertence. Depois, porque o legado de liberdade só poderá ser gerido por elas. É na juventude que depositamos as maiores esperanças. Temos hoje a população jovem mais qualificada de sempre. Uma população que no nosso território urge acolher, encontrando soluções de habitação e de trabalho digno.

Defender Abril é promover um espaço amplo de paz, de igualdade, fraterno e livre. É garantir a participação dos mais jovens nas decisões que a eles diz respeito. Por isso reconhecemos e defendemos os passos indeléveis dados nessa matéria, do que é exemplo o Concelho Municipal da Juventude. Mas há mais, muito mais neste Abril sonhado que é necessário cumprir. Porque Abril é a justa distribuição da riqueza. Abril é melhoria das condições de vida. Abril é viver com dignidade. Cumprir Abril é levar por diante uma política ao serviço dos interesses nacionais e que coloque no centro da sua ação os trabalhadores e o povo. Políticas concretas que se materializam no cumprimento integral da Constituição combatendo todas as operações legislativas que, por exemplo, a pretexto da descentralização, procurem iludir o facto de que só a criação de um nível democrático de poder entre o plano municipal e o central pode assegurar, no plano supramunicipal, a garantia de

soluções coerentes e participadas de descentralização e de desenvolvimento sustentado em Portugal.

No respeito pela Constituição e o povo, assim pensa o PCP, Abril cumpre-se com uma política patriótica e de esquerda, uma política de e com Abril. É isso que faz falta; é isso que é do interesse dos trabalhadores, do povo e de amplas e diversas camadas e sectores. Um Abril que, por tudo isto, não exclui estar alerta; “põe-te em guarda” nos dizeres do Sérgio [Godinho], que todos sabemos “do que o Homem é capaz”, como nos cantou José Mário Branco.

Cada vez mais Abril se faz com os “filhos da madrugada” do Zeca [Afonso], na procura da “manhã clara”! Tão clara e limpa que garanta cada dia do Abril que queremos que continue “inteiro e limpo”, como escreveu Sophia [de Mello Breyner Andresen], e se mantenha o “cheirinho a alecrim” no canto da primavera, de Chico Buarque!

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Caminha!

Viva Portugal!